

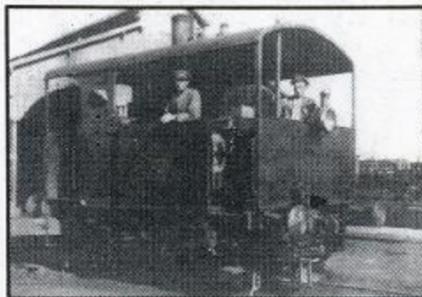
# VERTICE

Revista bimestral Maio-Junho de 1993 Preço: 1050\$00 inclui IVA II Série

## Em Questão

### O património cultural em Portugal

Textos de J. P. Avelãs Nunes ▼ José M. Amado Mendes ▼ Paulo Varela Gomes ▼ Jorge Carvalho ▼ Nuno Rosmaninho e Margarida Donas Boto ▼ Adília Alarcão ▼ Luís Raposo ▼ António José C. M. Nabais ▼ Alessandro Dell'Aira ▼ Marc Denhez ▼ Walter Jamieson ▼ Vítor Serrão ▼ Luís dos Santos Ferro



## Em Diálogo

Entrevista com Susan Bassnett  
(Ana Gabriela Macedo e João Ferreira Duarte)

## Em Estudo

Repensar a ciência (*Raquel Gonçalves*) ▼ A Geografia Aplicada (*Jorge Manuel Gonçalves*) ▼ Movimento e pintura (*António Quadros Ferreira*) ▼ A integração do deficiente mental após formação profissional (*José Maria do Carmos Moreno Afonso, José António Afonso*)

## Em Movimento

Repetição, (in)diferença (*Fernando Guerreiro*) ▼ Eles só são grandes porque estamos de joelhos (*Araújo Moreira*) ▼ José Rodrigues Miguéis e o seu contrabando literário (*Vamberto Freitas*) ▼ Abel Salazar e a oportunidade do seu *A crise da Europa* (*Sérgio Ribeiro*) ▼ Escrito a negro — Evocando António L. Carrilho — o amigo, o colega, o universitário (*Margarida Amoedo*) ▼ Arqueologia emocional (*Alessandro Dell'Aira*)

54

## Para uma ética da tutela do património artístico

O problema da tutela do património cultural italiano tem de ser analisado à luz de dois eixos (cartesianos) de referência:

1. Em Itália existe um património cultural inestimável, que constitui mais de metade do património mundial. Trata-se de monumentos e obras de arte distribuídos em todo o território nacional. A situação requer intervenções contínuas de emergência e de tutela.

2. A sorte deste património disperso depende, em máxima parte:

— Da entidade, qualidade e tipo de utilização dos recursos materiais e humanos destinados à conservação do património;

— Das opções de investimentos;

— Da promoção de uma «educação para a tutela», que deverá ser difundida — em sentido geográfico e social — pelo menos tanto quanto o património a tutelar.

Uma reflexão, mesmo banal, sobre a relação entre necessidade e recursos leva a conclusões pessimistas. Supunhamos que os «proprietários» deste património disperso — o Estado, as autarquias locais, os particulares — estejam sempre de acordo. Supunhamos que os administradores dos recursos materiais estejam sempre à altura das suas tarefas. Supunhamos que os dispensadores dos recursos humanos — intelectuais, técnicos, grupos organizados ou pessoas singulares — actuem sempre com consciência.

Na melhor das hipóteses haverá sempre uma larga margem de insucesso, porque no caso Itália a desproporção objectiva entre necessidade e recursos é enorme.

Dados o contexto complexo e as perspectivas difíceis, é oportuno esclarecer a importância da «educação para a tutela» enquanto modelo ético e recurso humano, precioso para um país como a Itália, a empregar não apenas para o exercício da produção das ideias, bem como para a gestão do presente, para a elaboração de modelos concretos de comportamento do cidadão perante a fruição de obras e oportunidades culturais.

«Conservar o futuro» foi, em 1991, o *slogan* da primeira edição de *Media Save Art*, manifestação internacional anual que se realiza em Itália, com o patrocínio da Presidência do Conselho de Ministros. *Media Save Art* é uma grande feira dos meios de comunicação social em matéria de salvaguarda e restauro do património cultural. Em 1991 propôs também uma exposição de cartazes realizados pelos estudantes das escolas.

A educação para a tutela não é um monopólio da escola pública e particular. Compete a todos os que têm responsabilidades de administração, de formação e de informação. Por outras palavras, compete a todos aqueles que, a vários níveis, detêm um mandato ou formam opinião.

Gostaria de propor dois exemplos de locais italianos a tutelar: o primeiro é Veneza, o segundo é Valcamonica, na província de Brescia, região da Lombardia. Ambos são muito conhecidos no estrangeiro e em ambos os casos trata-se de locais tutelados pela UNESCO.

Veneza, com a sua laguna, apesar de ser uma área atípica, é, mesmo assim, uma cidade com o seu território. O património monumental está concentrado num contexto que tem vida própria e condicionalismos próprios: a vida e os condicionalismos típicos dos grandes centros urbanos. O estado de degradação em que se encontram alguns bairros em Veneza, como noutras cidades, depende da subestimação da importância das pequenas intervenções, do escasso envolvimento dos que estão directamente interessados na planificação da tutela, da procura, ou melhor, da escravidão da espectacularidade e do efeito especial.

Outro problema de Veneza é a gestão da vida quotidiana e das celebrações recorrentes (o Carnaval, mas também os outros acontecimentos que Veneza propõe ao grande público). A identidade de Veneza cria problemas ordinários do ponto de vista da tutela dos monumentos, que se tornam extraordinários em determinadas condições de atracção, e irresolúveis sem uma consciência difusa do imperativo ético de não danificar, de não deixar marcas evidentes da própria passagem, por outras palavras, de se ser autosuficientes e discretos.



De exposições mundiais em Veneza é melhor não falar. Mas será provocatório pensar num Carnaval, numa Bienal, numa super-exposição, no Palácio Ducal ou no Palácio Grassi, que não imponham à cidade, sem tréguas, a tortura periódica, bíblica, programada, de centenas de milhares de visitantes disfarçados de gafanhotos?

A importância de Valcamonica consiste na presença de uma grande quantidade de grafitos rupestres dispostos ao longo de dezenas de quilómetros, com uma alta concentração nalgumas localidades, mas com uma ampla dispersão no território.

Valcamonica tem o direito de não ser apenas um vale-museu. Tem que viver e se desenvolver segundo critérios de equilíbrio entre ambiente e tecido urbano; mas não há dúvida que o seu destino está acima de tudo ligado à arte pré-histórica. As autarquias locais de Valcamonica não podem ignorar que existe a solução da responsabilidade integrada. Isto pode constituir um limite para a autonomia de cada autarquia, mas pode também resultar num consórcio de intenções e de intervenções, como, por exemplo, acontece em Portugal no caso de Évora e dos municípios deste distrito.

Tutelar Veneza e Valcamonica significa defender os lugares de degradação dos agentes atmosféricos, mas também dos maus administradores e dos maus visitantes. Estes dois últimos agentes de degradação são um perigo para as obras de arte, pois a sua natureza é prejudicial e improdutivo, quer para os interesses materiais, quer para a qualidade do turismo e do comércio local — perspectivas legítimas —, tanto para os agentes humanos de degradação como para os administrados, para o seu equilíbrio cultural e o dos outros.

Opor-se aos maus administradores, impedi-los de prejudicar, é mais difícil que impedir o acesso aos maus visitantes. O que é pior é que os maus administradores são os cúmplices ideais do mau turismo.

Diz-se que Lord Byron pôs a sua assinatura em mais do que um monumento da antiga Grécia. Eram outros tempos. O prejuízo foi limitado, se pensarmos na capacidade de Lord Byron de reinvestir imediatamente em literatura os prejuízos provocados nos monumentos. O que acontece hoje em dia, se uma turma de estudantes em visita aos grafitos de Valcamonica não for capaz de se autocontrolar? Se um professor, um vigilante, um administrador, não conseguirem conter dentro de limites aceitáveis a degradação derivante do direito de fruir pessoalmente de um lugar ou de um monumento? Se uma assembleia municipal não conseguir garantir a lógica da tutela ambiental contra a lógica do desenvolvimento descontrolado?

Depois de 1 de Janeiro de 1993, com a eliminação dos controlos nas fronteiras internas europeias, os riscos de incolumidade para as obras de artes aumentarão, em Itália tanto e mais do que nos outros países da CEE. Lembremos todavia que não existe só a alienação imprópria ou abusiva. A alienação crónica do património cultural passa através da traição ou descuido dos seus tutores, que, substancialmente, são os utentes privilegiados: os políticos do sítio, os administradores do sítio, os habitantes do sítio. Conseguir conciliar os interesses locais com os interesses universais, e não apenas com os interesses nacionais, não é sem dúvida o caminho mais curto, também em Itália; mas talvez seja o único que poderá levar à solução do problema. É o momento de voltar às duas premissas iniciais e de reflectir sobre o caso Itália: mais de metade do património mundial concentrado num único país e disperso em todo o seu território, um património a conservar e a defender com o melhor emprego dos vários recursos à disposição. ▼

